

REPRESENTAÇÕES SOBRE OPERÁRIOS NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985) EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEOS

João Henrique Zanelatto¹

Erick Martignago Dagostim²

Resumo: O objetivo do artigo foi analisar como os operários, no período da ditadura civil-militar, aparecem nos livros didáticos de História do nono ano do Ensino Fundamental, usados no triênio 2019-20-21. Neste artigo, foram analisados, então, quatro livros didáticos distribuídos e utilizados nas escolas públicas brasileiras. O artigo foi dividido em quatro seções: a) inicia com uma introdução apontando para o aporte teórico; b) faz uma breve contextualização sobre a ditadura; c) discorre sobre a produção e a distribuição dos livros didáticos no Brasil, cujo Estado é o principal comprador dos livros que estão sendo usados por professores/as e alunos/as, favorecendo um arranjo econômico que interage também com os interesses de empresas nacionais e estrangeiras atuantes no ramo da educação; d) analisa a presença dos operários nos livros didáticos selecionados; e) finaliza, com as considerações apontando para a relevância do livro didático nas escolas e a autonomia do professor no seu uso.

Palavras-chave: trabalhadores; livros didáticos; ditadura civil-militar.

REPRESENTATIONS ABOUT WORKERS IN THE PERIOD OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985) IN CONTEMPORARY HISTORY TEXTBOOKS.

Abstract: The objective of this article was to analyze how the operatives in the the period of the civil-military age appears in textbooks of History of the ninth year of the Fundamental Education, used in the triennium 2019-20-21. In this article, we analyzed, then, four educational books distributed and used in Brazilian public schools. The article was divided in four sections: a) it begins with an introduction intended for the theoretical contribution; b) it does a brief contextualization about the civil-military; c) it speaks about the production and distribution of two educational books in Brazil, whose State is the biggest buyer of two books that are being used by teachers and students, favoring an economic start-up that also it interacts with the national and foreign companies actuates interests in the education; d) it analyzes the presence of the operatives in the selected textbooks; e) it ends, with the considerations appointing for relevancy of the textbook in the schools and the autonomy of the teacher in your use.

Keywords: workers; textbooks of History; civil-military dictatorship.

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense. Email: jhz@unesc.net

² Universidade do Extremo Sul Catarinense. Email: erick_dagostin@hotmail.com

Introdução

A trajetória dos movimentos operários no Brasil a partir do golpe de 1964 se deu com o confronto constante, com a repressão institucionalizada aos sindicatos e suas organizações. O contexto golpista no país promoveu a perseguição e a destituição de lideranças sindicais combativas e a intervenção por parte do Estado nos sindicatos, que foram substituídos por pessoas afinadas com o regime.

Essa situação foi acompanhada pelo arrocho salarial promovido pela ditadura civil-militar e pela Lei de Greve, que proibia quase toda manifestação dos trabalhadores, criando assim um clima de imobilização popular propício para as empresas multinacionais que se estabeleceriam no Brasil a partir desse arranjo econômico e social.

Com as condições de vida cada vez mais opressivas, somadas à realidade antidemocrática estabelecida no país, novas movimentações populares e greves operárias despontaram no cenário nacional a partir da segunda metade da década de 1960, sendo respondidas duramente com o Ato Institucional número 5.

Mais tarde, a partir de 1976, tivemos a volta do protagonismo exercido pela população nas ruas e pela classe trabalhadora em suas paralizações nos locais de trabalho, pressionando o fim da ditadura civil-militar e reivindicando as demais bandeiras democráticas favorecidas pela crise econômica do regime, resultando em uma nova fase de lutas por parte dos movimentos sociais brasileiros.

Esta pesquisa busca discutir como os trabalhadores, em suas trajetórias de embates e lutas, são apresentados no ensino de História nas escolas públicas brasileiras. Para atingir esse objetivo, usamos como fontes quatro livros didáticos de História³ pertencentes ao triênio 2019-20-21, destinados ao nono ano do Ensino Fundamental, a partir dos capítulos em que a ditadura civil-militar é abordada.

³ Os livros escolhidos para serem utilizados como fontes para esta pesquisa foram os seguintes: SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **Inspire História**: 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: FTD, 2018; COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**, 9º ano: ensino fundamental – anos finais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018; CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História**: escola e democracia: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber História**: 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

Os quatro livros usados na pesquisa foram os selecionados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - MEC e que estavam disponibilizados por algumas editoras, gratuitamente na internet. Neste cenário de pandemia de Covid-19, que persiste em nossa realidade, optamos pelo acesso às fontes de uma maneira condizente com essa situação.

O artigo se fundamentou na História Social do Trabalho, em especial nas discussões produzidas pelo historiador E. P. Thompson (1981), nos conceitos de classe, luta de classe e experiência, abordados pelo autor. Thompson discorda da ideia de classe como “coisa”; ele a define como uma construção social. O autor desenvolveu o conceito de “Experiência” para melhor analisar a classe trabalhadora, contrapondo-se a uma perspectiva determinista estruturalista da tradição marxista, em especial aos estudos de Althusser.

No que concerne às reflexões sobre os trabalhadores na ditadura, é preciso expor que “[...] o tema trabalho, trabalhadores e movimento sindical tem caminhado à margem dos estudos sobre ditadura no Brasil. Tornou-se, por fim, uma temática um tanto quanto “*old fashion*” (grifos dos autores).⁴ A historiografia recente vem se debruçando em abordar um conjunto de questões sobre os trabalhadores na ditadura.⁵ Entretanto, as pesquisas dos autores citados estavam concentradas somente nos grandes centros urbanos onde havia uma maior concentração de operários. Estudos recentes têm se preocupado em abordar as lutas operárias em âmbito regional e local.⁶

A análise dos livros foi produzida a partir do referencial de Circe Bittencourt (2008), a qual sugere abordar sobre o livro didático em três

⁴ CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

⁵ SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, [s.l.], n. 13, 2008. NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. *In: Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT*. São Paulo: CUT, 2015, p. 81-86. RAMALHO, José Ricardo; ESTERCI, Neide Esterci. Militantes e assessores: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, [s.l.], v. 6, n. 11, 2014. CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

⁶ ZANELATTO, João Henrique. Guerra fria e ditadura civil-militar na capital do carvão. **Revista Continentes (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, [s.l.], n.16, p.203-226, 2020.

dimensões: a) aspectos formais; b) conteúdos históricos escolares; c) conteúdos pedagógicos. A produção de livros didáticos se dá de maneira diferente dos demais livros. O Estado brasileiro organiza e publica as diretrizes e os requerimentos para a compra dos livros, sendo atendido pelo mercado editorial nacional e estrangeiro, que produz e vende tais obras, conseguindo, com isso, expressivos ganhos financeiros, em um arranjo que caracteriza a produção de obras didáticas para a educação pública no País.

O livro didático, para Bittencourt (2008), é um dos mediadores do processo de aquisição do conhecimento, assim como um facilitador da apreensão de conceitos, domínio das informações. Ele contém uma linguagem específica das áreas abordadas pelas disciplinas que o contemplam. Também se caracteriza pela construção técnica, obedecendo a critérios, como idade e vocabulários de acordo com os princípios pedagógicos.

Além de explicitar os conteúdos escolares, o livro didático é, ao mesmo tempo, suporte de métodos pedagógicos, por conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos em grupo, e uma forma de avaliação da apreensão do conteúdo escolar. Ainda segundo Bittencourt (2008), tal característica de associar conteúdo e método de ensino explica a importância que o livro didático ocupa na constituição da disciplina de História e do saber escolar. Destarte, o livro didático contém seus limites, suas vantagens e desvantagens. Com essa compreensão, esta pesquisa buscou analisar os livros selecionados a partir dessa realidade.

Os operários ante a ditadura: breve contextualização

A coalizão civil-militar, que deu o golpe de Estado em abril de 1964, teve como uma das primeiras tarefas a eliminação dos focos de resistência populares. A desmobilização dos movimentos sociais era um dos pressupostos do novo projeto de classe que se estabeleceu no poder, o qual fez uso de recursos extralegais e legais disponíveis, como a perseguição aos sindicatos, a destituição de diretorias eleitas e a cassação de lideranças sindicais.

Os golpistas almejavam transformar a ação sindical no Brasil em mera assistência aos trabalhadores, resolvendo questões trabalhistas diárias e tirando o enfoque na possibilidade de organização ampla e grevista, provocando

desinteresse em relação ao seu sindicato, pois desde a década de 1950 os trabalhadores vinham em um processo de forte organização política e sindical.

Os anos de 1950 marcam um período de extrema importância para os trabalhadores brasileiros. O movimento sindical, liderado pela aliança das militâncias comunista e trabalhista, conseguiu grande avanço organizativo e mobilizatório, o que resultou em uma forte participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional.⁷

Após o golpe e nos primeiros anos do general Humberto de Alencar Castelo Branco, eleito presidente da República de maneira indireta, o regime buscou criar um ambiente institucional que possibilitasse a superacumulação de lucros para os representantes do capital nacional e estrangeiro, imobilizando os operários com a Lei de Greve, promulgada em 1º de junho de 1964, para atacar diretamente as organizações reivindicativas dos trabalhadores, limitando as greves às questões salariais e, ao lado disso, com uma política de controle e arrocho salarial que diminuísse os custos de produção no País, beneficiando diretamente o grande capital.

O arrocho salarial resultou diretamente em queda das vendas, grande desemprego nos setores automobilístico, têxtil, de calçados etc., bem como no fechamento de pequenas e médias indústrias que se voltavam para o consumo popular, com uma perda real de 25% do salário mínimo entre 1964 e 1966.⁸

Em setembro de 1966, por meio de uma reforma trabalhista, a então estabilidade no emprego foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), provocando debates e críticas mesmo nos sindicatos alinhados ao governo. A constituição aprovada pela ditadura em 1967 reuniu os atos e as leis repressivas publicadas até então, consolidando a legislação repressiva sobre a população brasileira, em especial sobre as organizações operárias.

As ações repressivas da ditadura foram determinantes para a reorganização dos operários a partir de 1967. Em comitês de fábrica, ocorreu o retorno das greves a partir das oposições sindicais à revelia da orientação do sindicato oficial, o

⁷ SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, [s.l.], n. 13, 2008, p. 279.

⁸ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

que, naquele contexto, significava uma ampla e aberta declaração coletiva contrária à política econômica pretendida e imposta pelo regime.

No ano seguinte, a maior greve operária desde o início da ditadura eclodiu em Contagem, paralisando a produção na cidade industrial em Minas Gerais, reivindicando o reajuste salarial acima do teto oficial de 17%. Para tanto, os operários mantiveram como reféns os diretores da empresa.

Tal situação na greve provocou a ida do então Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, até Belo Horizonte, a fim de negociar com os grevistas (o que denota o nível da organização dos operários). A greve foi encerrada no dia 2 de maio, com o governo Costa e Silva concedendo 10% de abono aos trabalhadores grevistas, significando uma brecha conquistada na política de arrocho salarial.⁹

Nesse período, graças ao trabalho desenvolvido nos grupos de fábrica, organizaram-se muitas greves de curta duração e pequenas mobilizações que não tinham a influência do sindicato oficial, restritas às seções de fábrica, sendo resolvidas rapidamente entre patrões e empregados, não aparecendo na imprensa.

A greve em Osasco (São Paulo) iniciou na fábrica da Cobrasma e envolveu a prisão de 16 diretores e engenheiros dessa fábrica, cujos operários reivindicavam o reajuste de 35% como condição para libertá-los. A greve contou com a adesão de operários de mais três metalúrgicas, que ganharam o apoio da manifestação popular e também de padres dos bairros operários. A repressão militar caiu duramente e prendeu mais de 500 operários grevistas.¹⁰

A reação do regime às mobilizações operárias cada vez mais radicalizadas e do movimento estudantil que tomaram as ruas veio com o Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, que tinha como um dos objetivos imobilizar os movimentos por parte da população que contestassem o clima antidemocrático no País.

O AI-5 significou a supressão de várias liberdades civis, como a negação de *habeas corpus* e a cassação dos mandatos parlamentares oposicionistas ao regime, dando margem e sustentação legal à repressão direta, que se seguiria nos

⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

¹⁰ MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 26-1, 2008.

próximos anos, como o uso da tortura e dos desaparecimentos políticos, com um expressivo número de lideranças sindicais perseguidas.¹¹

A repressão imposta pela ditadura levou parte dos operários a buscar alternativas de luta na ação armada por parte de grupos das esquerdas revolucionárias, deixando em segundo plano, naquele momento, a militância sindical e operária, principalmente as dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se viu dividido quanto aos métodos e meios de enfrentamento à ditadura nos centros urbanos. Já alguns militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dissidência do PCB a partir de 1962, voltaram-se para a área rural brasileira, no episódio da Guerrilha do Araguaia (1966-1974), inspirados pelos ideais maoístas de revolução socialista a partir dos camponeses. Tais grupos guerrilheiros foram duramente reprimidos e perseguidos nos anos seguintes.¹²

A censura da ditadura aos movimentos sociais passou a reprimir principalmente esses agrupamentos revolucionários, que, desarticulados, renovavam suas estratégias a partir do contato com as massas, influenciando a formação de movimentos populares com tendência à auto-organização, a partir das associações de vizinhos, dos clubes de mães, da atuação nas oposições sindicais, em grupos de educação e alfabetização popular, em grupos de fábrica, nos movimentos da saúde pública e também das comunidades eclesiais de base.

As comunidades em torno de grupos católicos influenciados pela Teologia da Libertação buscaram visualizar os problemas dos seus bairros e as possíveis soluções, lidando, por isso, diretamente com o poder público.¹³ Nesse exercício de organização, os espaços anteriores de discussão política, esvaziados pela repressão, reestabelecem-se na sociedade sob uma nova forma, constituindo uma das pontas dos movimentos sociais emergidos na década de 70. A outra ponta era a luta por melhores salários e condições de trabalho.¹⁴

Estabelecido esse cenário, os metalúrgicos da região do ABC Paulista entraram em greve em 1976, a qual se transformou em uma paralisação massiva

¹¹ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília, DF: CNV, 2014.

¹² SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³ SADER, *Ibidem*.

¹⁴ NAPOLITANO, *Op. Cit.*

dos trabalhadores das montadoras multinacionais a partir das adesões de operários de empresas de São Bernardo e Santo André. A organização dessas greves a partir das bases de operários se caracterizou pelas votações e deliberações que passaram pelo crivo de assembleias lotadas de trabalhadores das categorias. Poucos meses depois, categorias não operárias, como educação e saúde, em todo o país, constituíram uma onda de greves generalizadas pelas empresas. A ditadura no mesmo ano reformaria a Lei de Segurança Nacional a fim de reprimir a movimentação dos trabalhadores, até porque a greve sem piquetes dificultava a repressão imediata policial.¹⁵

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema lançou, em agosto de 1977, já sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, uma campanha pela reposição de 34% do salário. Em julho de 78, a Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria lançou um manifesto que visava à organização de um movimento sindical independente, com maior participação dos operários na distribuição de renda, eleições e voto direto para a Presidência da República, somando-se ainda a reivindicação por uma Assembleia Nacional Constituinte.¹⁶

Até o final de 1978, as greves foram organizadas pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho e fora do sindicato oficial. As greves na cidade de São Paulo e no ABC fizeram parte de uma fase de vitórias para os trabalhadores ao conseguirem significativos ajustes salariais.¹⁷

Os resultados dessas movimentações operárias puderam ser expressos na realidade política do país a partir da organização de um Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979, e na criação, nos anos seguintes, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT), duas centrais sindicais de cúpula, organizações proibidas pela legislação corporativa, que o regime militar mantinha. A criação de um partido político

¹⁵ NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. *In*: Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT. 1. ed. São Paulo: CUT, 2015, p. 81-86.

¹⁶ LIMA, Mateus da Fonseca Capssa; CARVALHO, Yuri Rosa. "Operários em construção": a organização da classe trabalhadora apesar da Ditadura de Segurança Nacional. **História em Revista**, Pelotas, v. 19, p. 257-266, 2013.

¹⁷ BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: UNICAMP, 1991.

significava também, por parte dos setores mais organizados dos operários, um salto da atuação corporativa nos sindicatos para a luta política no Brasil.¹⁸

O processo iniciado com essas movimentações dos operários se estabeleceu com as greves em 1979 e 1980, ganhando a adesão de várias categorias em um número muito maior de operários mobilizados, resultando em um momento extremamente significativo de organização e atuação da classe trabalhadora, que se somou aos anseios pelo fim da ditadura, os quais tomavam conta da sociedade brasileira, tensionando os limites e as fraquezas do regime já em processo de distensão.

A partir desta narrativa, que buscou sintetizar a extensão das atuações e lutas dos operários brasileiros durante o período da ditadura civil-militar, a pesquisa se volta para traçar alguns aspectos do uso do livro didático no país, buscando, em seguida, perceber como os operários são apresentados nos livros didáticos selecionados.

O livro didático no Brasil

O livro didático é tido como principal recurso, muitas vezes único, do docente em sala de aula, principalmente na ausência de outros materiais didático-pedagógicos nas escolas, muitas vezes tendo o papel para o/a professor/a de condutor/a de seu planejamento para os conteúdos históricos que são abordados. Os/As profissionais da educação básica enfrentam no dia a dia do exercício de sua profissão uma série de adversidades, dificuldades locais de estrutura e disponibilidade de recursos didáticos na amplitude das diversidades regionais do país. Fatores que são desconhecidos e por isso não previstos pelos especialistas do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), designados como avaliadores dos manuais escolares inscritos pelas editoras para a compra e consequente uso em sala de aula por, no mínimo, um triênio. Esse tempo de uso pode se estender a partir da realidade de cada escola e da preferência dos professores e das professoras.¹⁹

¹⁸LIMA, *Op. Cit.*

¹⁹ MATOS, Júlia Silveira. A História nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico. *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 51-74, 2012a.

Adaptado ao longo do tempo às renovações curriculares propostas pelo Plano Nacional e às mudanças nos programas governamentais referentes ao ensino público, além da inclusão de novos paradigmas nas áreas abordadas, o livro didático tem permanecido em sala de aula durante o período republicano nas escolas públicas do Brasil.

A Comissão Nacional do Livro Didático, instituída em 1938, buscou regular e limitar as temáticas abordadas nos livros didáticos usados no país com uma específica cautela em relação aos volumes de História, pelas possibilidades que essa área traz de discussão e percepção do social e político, dando uma contribuição assim para uma ampla e duradoura mudança no mercado editorial de manuais didáticos.

Tal mudança acarretou uma relação entre Estado, editoras e autores de livros didáticos, evidenciando os interesses econômicos privados na produção e distribuição dos manuais escolares. Mais tarde, sob a ditadura civil-militar (1964-85), o regime forneceu incentivos fiscais ao setor editorial, além de investimentos no parque gráfico brasileiro.²⁰

De acordo com Bezerra (2006), o livro didático deixou de ser somente uma referência para os/as professores/as em sala de aula e passou ao papel de condutor muitas vezes exclusivo das aulas na década de 60, com a ampliação do número e da frequência de pessoas no ensino público, acompanhado pelo crescimento, decorrente dessa situação, do mercado editorial de produtos destinados às escolas.

O atual Programa Nacional do Livro Didático foi criado em 1985, no contexto de abertura democrática, significando uma busca por parte dos educadores de abordagens nos livros que substituíssem a lógica autoritária que dominava os manuais escolares nos governos militares até então. O PNLD, porém, passou a adquirir e a distribuir os livros para uso nas escolas públicas somente dez anos depois.²¹

MATOS, Júlia Silveira. Os livros didáticos como produtos para o ensino de história: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 165-184, 2012b.

²⁰ MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

²¹ MATOS, *Op. Cit.*

A especial atenção do Ministério da Educação em relação à qualidade das obras didáticas e a preocupação com as metodologias pedagógicas e com o teor dos conteúdos abordados nos livros se deram a partir de 1995, quando os pareceristas selecionados pelo Ministério da Educação (MEC) iniciaram o aperfeiçoamento, ao longo das edições seguintes do PNLD, do processo avaliativo dos livros aprovados para uso nos ensinos fundamental e médio, processos esses que são de divulgação pública, constando no Guia dos Livros Didáticos.²²

Em 1996, começou a avaliação dos manuais escolares pelo PNLD, a partir da inscrição das obras didáticas publicadas pelas editoras, com base nos requisitos exigidos em edital, seguida da avaliação prévia por parte dos revisores designados pelo Programa Nacional, a fim de serem selecionadas as obras que seriam adquiridas para a distribuição nacional com as verbas públicas. Tais critérios e seleções foram alterados e aprimorados a cada edição de um novo Programa Nacional do Livro Didático por meio de leituras e críticas, além da adição de múltiplos olhares ao Programa e aos parâmetros de avaliação das obras.²³

Tal aprimoramento, além da percepção das falhas, deu-se também por meio das mudanças das políticas de educação pública adotadas em cada governo e suas equipes ministeriais desde o processo da redemocratização brasileira pós 1985. A partir de 2002, foram incorporadas as análises estatísticas na área de História a fim de mensurar o desempenho de cada coleção selecionada pelo programa com os quesitos dos avaliadores, os quais foram divulgados pelo Guia do Programa do Livro Didático. A partir disso, as editoras dos livros conseguiram se adequar e conseguiram uma ampla aprovação de seus volumes para compra, distribuição e uso nas escolas brasileiras.

A política pública educacional de compra e distribuição dos livros inicialmente era voltada para os/as alunos/as do 1º grau (atual Ensino Fundamental), mas a partir de 2002 foi expandida também para o público do Ensino Médio. Em 2009, o Programa Nacional do Livro Didático passou a ser política de Estado, sendo definitivamente institucionalizado.

²² SILVA, Marco Antônio. A fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

²³ MIRANDA, *Op. Cit.*

Os editais do PNLD são abertos muito antes da data de utilização dos livros e possuem duas fases. A primeira consiste na candidatura das obras didáticas por parte das editoras para a posterior avaliação e liberação dos resultados em uma lista com os volumes que tenham sido selecionados. A segunda fase se dá com os/as professores/as na escolha a partir dessa listagem dos livros que serão utilizados por eles com os/as alunos/as nas suas aulas.

Tal estrutura, apesar de pouco ágil, cumpre seu objetivo, sendo necessariamente complexa, com todo o processo durando cerca de 20 meses, entre a aquisição dos livros selecionados e sua chegada e efetivo uso nas escolas pelos/as professores/as e alunos/as.²⁴

A institucionalização do PNLD e a conseqüente ampliação de sua cobertura, a partir de 1995, resultaram em uma profunda mudança para o mercado editorial brasileiro, com o governo se tornando um grande comprador de livros didáticos, com a aquisição regular e ampla do material produzido pelas editoras.

A quantidade de exemplares vendidos significa ampla parcelado do giro de capital dessas empresas. Silva (2012, p.810) afirma que “O PNLD é, sem dúvida, um grande negócio para as editoras”.²⁵ A produção é feita a partir da encomenda estatal, e um volume de suas coleções escolhido pelos/as professores/as é garantia de compra e retorno financeiro.

Quanto às funções exercidas pelo governo nesse processo, mesmo sem produzir de maneira direta os livros didáticos, participa ativamente, através do PNLD, da elaboração das obras, com requisitos mínimos que resultam na uniformização e na apresentação dos conteúdos, além de promover um cerceamento e a uniformização do resultado final das produções, agindo, assim, no âmbito da educação no sentido de ela ser um veículo privilegiado para a introdução de novos valores e modelagem de condutas.²⁶

Apesar do valor dos livros vendidos ao Estado ser menor para as editoras se comparado com suas vendas de obras didáticas para as livrarias, a quantidade de exemplares vendidos ao Governo Federal significa altos ganhos financeiros e

²⁴ SILVA, *Op. Cit.*

²⁵ SILVA, *Ibidem.*

²⁶ SILVA, *Ibidem.*

amplo faturamento. No ano de 2011, por exemplo, as negociações entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e as editoras que tiveram seus volumes selecionados para o Ensino Fundamental daquele ano foram de R\$ 880.263.266,15.²⁷ Os livros didáticos são responsáveis por 60% do faturamento da indústria livresca no país, sendo o PNLD o principal responsável por esse número.²⁸

Nos últimos anos, tem-se notado a oligopolização desse setor do comércio, acompanhada da entrada de empresas estrangeiras nesse ramo da educação. No PNLD de 2008, as 19 coleções de obras didáticas de História destinadas às escolas públicas brasileiras foram compradas de oito editoras, que, por sua vez, pertenciam a seis empresas.²⁹ Na busca de ter seus livros escolhidos pelos/as professores/as da rede pública de educação e de garantir amplas quantias de volumes vendidos, as empresas editorais utilizam do *marketing*, brindes e outros meios de convencimento.

Além do uso geral do livro didático na realidade diária em sala de aula por alunos e alunas, os formuladores do Plano Nacional, nos Guias do Livro Didático de 2005, 2008 e 2011, indicavam que os volumes destinados aos/às professores/as deveriam não somente trazer as respostas prontas às questões e aos exercícios dos livros, mas tratar também das metodologias e dos referenciais teóricos usados pelos autores e editores na construção do livro didático, projetando, assim, no manual do professor, a responsabilidade adicional de ser um material auxiliar na formação profissional e prática docente.

Em período recente, destaca-se que o livro didático foi o gênero mais vendido pelo mercado editorial brasileiro. Em 2018, representou 52% das vendas, levando-se em conta tanto a aquisição por parte do mercado privado quanto pelo

²⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2011. Ensino Fundamental e Médio - Valores Negociados. Publicado em agosto de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6604-pnld-020910&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03/12/2020.

²⁸ SILVA, *Op. Cit.*

²⁹ SIMAN, Lana Marra de Castro; PEREIRA, Júnia Sales; SILVA, Marco Antônio. Processo de escolha dos livros didáticos de História: atores, cenários e tramas: In: CONGRESSO DE LIVROS ESCOLARES, 2007, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, p. 1814-1831, 2007.

Governo Federal. Em 2018, o governo federal foi responsável por 42,3% das compras de todo o mercado editorial brasileiro.³⁰

Ainda sobre o mercado editorial recente dos didáticos, enfatiza-se que em 2017 foram publicados 11.060 títulos e em 2018 foram 10.726 obras, havendo uma queda de -3,02%. Em relação à quantidade de exemplares produzidos no mesmo período, em 2017 foram 192.533.365 e em 2018 foram 175.204.544, ocorrendo uma queda de -9,00%.

No que concerne ao faturamento total, em 2017 foram 2.550.251.415,66 e em 2018 foram 2.737.034.241,42, com um crescimento no faturamento de 7,32%, mesmo com a diminuição de títulos e exemplares publicados.

Em relação à aquisição dos livros pelo mercado e o governo no mesmo período: o mercado adquiriu em 2017, 1.450.701.765,74 e, em 2018, 1.368.884.697,87, ocorrendo uma queda de -5,64%. Quanto ao governo, observou-se um crescimento, pois em 2017 foram 1.099.549.649,92 e em 2018 foram 1.368.149.543,55, ou seja, houve um aumento de 24,43%.

Em relação à quantidade total de exemplares vendidos, em 2017 foram 159.089.701 e 2018 foram 185.592.860, correspondendo a um crescimento de 16,66%. Desse total, o mercado adquiriu em 2017, 44.203.949 e em 2018 foram 39.503.370, com uma queda de -10,63%. O governo, no mesmo período, obteve um crescimento, pois em 2017 foram adquiridos 114.885.752 livros e em 2018 essa aquisição saltou para 146.089.490, um crescimento de 27,16%.³¹

Existe, porém, um desacordo entre esse citado esforço por um aperfeiçoamento dos volumes didáticos por parte do PNLD e os livros escolhidos pelos/as professores/as de História atuantes nos ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas brasileiras. Os livros considerados de maior rigor metodológico pelos pareceristas não são necessariamente os escolhidos pela maioria dos docentes. Por isso, um volume avaliado como “ruim” pela comissão de especialistas do PNLD pode ser usado de uma maneira mais didática e construtiva

³⁰ FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **Editoras**. 2018. Disponível em: <http://pesquisaeditoras.fipec.org.br/>. Acesso em: 12/09/2021.

³¹ FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE, *Ibidem*.

pelos profissionais de História, levantando em sala de aula pontos de reflexão em torno dos temas estudados.

São amplos os motivos pelos quais os docentes escolhem determinada coleção para uso com seus alunos e alunas, como, por exemplo, a realidade escolar de sua cidade ou de seu estado, suas condições de trabalho nas diferentes escolas em que atuam, o nível de leitura de seus alunos e de suas alunas e a situação de violência urbana, principalmente nas médias e grandes cidades.³²

Estabelecidas essas questões, o texto parte para a análise dos quatro livros didáticos do nono ano, destacando como os operários são apresentados nos capítulos referentes à ditadura civil-militar.

Inspire História: 9º ano

Iniciamos a análise dos livros didáticos pelo volume da editora FTD. Sua autora e seu autor são Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi. Ambos ganharam o Prêmio Jabuti no ano de 2013, na categoria de livros didáticos e paradidáticos. A primeira é mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi pesquisadora, professora universitária e de História nos ensinos Fundamental e Médio nas redes pública e privada. O segundo é bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo e Comunicação Social pelo Instituto Metodista de São Paulo.

Esse volume do nono ano se divide em quatro unidades, as duas primeiras com dois capítulos e as duas últimas com três. Seus capítulos ocupam de 13 a 28 páginas, não obedecendo, portanto, a um número mais ou menos uniforme. As unidades são apresentadas a partir de um conceito, com o objetivo de relacioná-lo com os capítulos, que misturam e interligam a História do Brasil com os demais eventos do século XX. São quatro conceitos: “Cidadania” (Capítulos 1 e 2: A Proclamação da República e A República Oligárquica); “Violência” (Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa, O totalitarismo e a Segunda Guerra Mundial). A unidade três traz o conceito “Meios de comunicação de massa” para os capítulos “Da Revolução de 1930 à ditadura civil-militar”, “A Guerra Fria e a expansão do socialismo” e “África e Ásia lutam pela independência”. Por fim, a unidade quatro,

³² SILVA, *Op. Cit.*

com o conceito “Equidade”, apresenta os capítulos “As ditaduras na América Latina”, “O fim da Guerra Fria e o mundo contemporâneo” e “O Brasil na virada do milênio”. É nesta unidade que se encontra o nosso objeto de pesquisa: o capítulo sobre a ditadura civil-militar brasileira, especialmente a maneira como apresenta a classe trabalhadora.

Tais conceitos para as unidades do livro são apresentados em duas páginas no início de cada unidade, com um breve texto explicativo sobre o tema e duas questões que incentivam o/a professor/a, a inserir o conceito nos capítulos, bem como os assuntos que serão apresentados nas páginas seguintes. Busca, ainda, promover em sala de aula a reflexão, por exemplo, em torno do conceito de equidade, sugerindo aos alunos e às alunas que identifiquem problemas sociais que poderiam ser atenuados com a aplicação desse princípio.

Esse volume pertencente ao atual Plano Nacional do Livro Didático, em sua versão destinada ao uso do/a professor/a, expõe nas marginais das páginas as exigências da Base Nacional Curricular Comum mais atual, relacionando-as com as respectivas abordagens e atividades presentes na obra, listando ainda os Objetos de Conhecimento que a BNCC³³ propõe em seus documentos, bem como as Competências Gerais e Específicas de Ciências Humanas e História.

Nas marginais do livro, apresenta breves textos, de poucos parágrafos e estando presentes em quase todas as páginas, relacionados ao tema abordado no capítulo. Tais textos são apresentados sob o tópico “Mais atividades” e buscam fomentar uma reflexão sobre o tema histórico presente na narrativa, cabendo ao docente utilizá-los em suas aulas ou não. Outras atividades exclusivas no volume do/a professor/a são os tópicos “Procedimentos didáticos”, contendo uma sugestão de atividade, geralmente a divisão da sala em grupos com seus respectivos temas. Tal abordagem remete ao que discutimos anteriormente: o livro didático projetado como uma ferramenta auxiliar do/a professor/a não só para as aulas, mas para a própria didática e formação do profissional docente,³⁴ seja com os livros trazendo a metodologia didática, seja nos numerosos exemplos de atividades para os/as alunos/as.

³³ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

³⁴ SILVA, *Op. Cit.*

Um desses “Procedimentos didáticos” é uma sugestão de atividade a respeito dos fatores que resultaram do “milagre econômico” promovido durante a ditadura civil-militar, destacando as altas taxas de crescimento do período e o contraste com a piora nas condições gerais de vida da maior parte da população brasileira, ao lado da crescente dívida pública resultante dos empréstimos estrangeiros, além da concentração de renda. A atividade sugere que o/a professor/a discuta com os/as alunos/as a quem interessava e quem era beneficiado pelo chamado “milagre econômico”, assim como sobre o clima de otimismo promovido pela mídia na época. O livro oferece essa possibilidade de análise crítica e mesmo sem citar a classe trabalhadora, ela está presente implicitamente na problematização sugerida.

As atividades do livro ficam no final dos capítulos, ocupando uma página, e são divididas em dois tipos. O primeiro tipo sugere perguntas que limitam os alunos e as alunas a localizarem a informação no texto e a copiarem a frase pronta almejada pela questão. O outro tipo se constitui em questões verdadeiras ou falsas (marque V ou F). Algumas atividades trazem recortes de textos e o uso de imagens, porém a possibilidade crítica desses conteúdos se resume a sugerir ao/à aluno/a que reproduza a narrativa presente no capítulo.

Traz muitas imagens e fotos ao longo das páginas, porém com uma simples legenda explicativa, não as relacionando explicitamente com o texto como um ponto de reflexão das temáticas abordadas, que poderia ser melhor explorado.

O livro faz uso de tópicos denominados “Enquanto isso” para relacionar eventos simultâneos ao redor do mundo abordados nos capítulos. No capítulo oito, “As ditaduras na América Latina”, temos uma página com um texto sobre a Revolução Iraniana de 1979, possibilitando uma ligação com as manifestações no Brasil pela retomada democrática nesse mesmo período.

Ao final de cada capítulo, o volume apresenta um “esquema-resumo” das temáticas abordadas. Com o capítulo “As ditaduras na América Latina (1954-1990)”, o eixo principal do resumo em tópicos apresenta o “contexto-geral” das ditaduras: “tensões da Guerra Fria”, colocando como características gerais a repressão violenta, as medidas autoritárias, a propaganda e a censura, a modernização econômica, a crise e a conseqüente redemocratização em

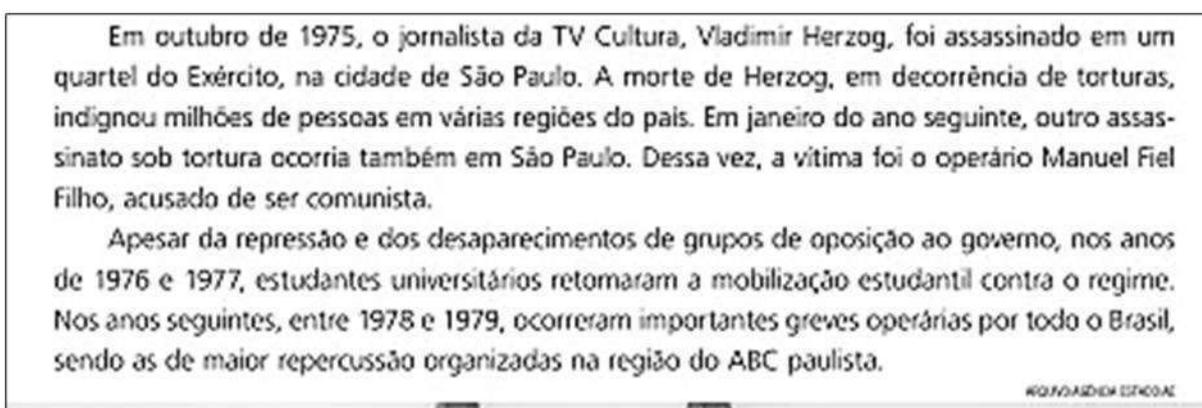
decorrência dessa crise. Ao elaborar em linhas gerais as ditaduras da segunda metade do século XX, faz uma ligação com o regime de exceção civil-militar brasileiro com os “primeiros tempos da ditadura” de 1964 a 1968, seguindo o “endurecimento do regime (1969-78) e a crise do regime de 1979 a 1985. A atividade, que segue, sugere a divisão da turma em nove grupos a fim de pesquisarem especificamente cada período. Desse modo, o livro traz uma condensação dos eventos históricos, que objetiva facilitar a compreensão dos alunos e das alunas, ao mesmo tempo que, inevitavelmente, acaba por generalizar os processos de golpe e ditadura na América do Sul.

Não encontramos com frequência o recurso dos mapas para aprofundamento dos temas abordados nos capítulos, porém, no capítulo específico sobre as ditaduras latino-americanas, o livro apresenta um mapa das Américas elaborado em duas páginas, que traz um breve resumo do processo de golpe em cada país sul-americano, com uma lista dos presidentes dos partidos Democrata e Republicano estadunidenses desde a década de 1950 até 2012, evidenciando o envolvimento deles com os grupos golpistas e o estabelecimento desses regimes repressivos. Traz um breve texto sobre a Doutrina Monroe, justificativa da reivindicação estadunidense de intervenção no território da América do Sul, assim como cita o treinamento oferecido aos militares latino-americanos a fim de combater a expansão de movimentos populares e do socialismo soviético.

O capítulo 11, onde buscamos a presença dos operários, traz características gerais das ditaduras latino-americanas e a influência dos EUA nesses processos. Destaca a reação de setores da população às medidas governamentais de repressão, o movimento estudantil e os sindicatos, de onde saíram líderes contrários ao autoritarismo e à política do arrocho salarial. O arrocho salarial é colocado em destaque e um pequeno glossário ao lado, o qual explica porque o salário não teve aumento por parte do governo. O livro traz o Ato Institucional número 5 como a medida de contenção por parte da ditadura ao fortalecimento desses protestos. Destaca os anos de chumbo, a repressão à luta armada e a ação de propaganda governamental com base no lema “Brasil: ame-o ou deixe-o” e o chamado milagre econômico, além de destacar a repressão às populações indígenas.

Por meio do tópico “Inflação e mobilização popular”, trata da crise do petróleo como elemento da crise econômica a partir de 1974, no Brasil, com o aumento da inflação. Tais fatores, aliados ao assassinato do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, são colocados como propulsores do descontentamento geral popular com o regime. Nessa parte, o texto faz a ligação dessas movimentações populares com as greves no ABC Paulista a partir de 1978 (figura 1).

Figura 1 - A Repressão e resistência à ditadura



Fonte: Seriacopi e Seriacopi (2018, p. 195).

Com a crise do regime e as Diretas Já, o livro encerra sua narrativa sobre as ditaduras, trazendo a ação parlamentar do MDB como propulsora principal do fim do bipartidarismo (Arena-MDB) e das consequentes eleições indiretas e redemocratização a partir de 1985.

Vontade de saber História: 9º ano

O segundo livro analisado foi um volume da editora Quinteto. Suas autoras e seu autor são Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco César Pellegrini. A primeira é bacharela em História pela Universidade Estadual de Londrina, especialista em História Social e Ensino de História pela mesma instituição. Atuou como docente no ensino na rede particular de ensino, além de ser autora de livros didáticos de História para os ensinos Fundamental e Médio. A segunda é professora licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense, doutora em História Social pela mesma instituição e professora no Departamento de

História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Por último, Pellegrini é bacharel em História pela Universidade Estadual de Londrina, atuou como professor no ensino privado e é editor e também autor de outros livros didáticos de História para os ensinos Fundamental e Médio.

O livro é dividido em 12 capítulos, apresentados cada um com 15-27 páginas (exceto pelo último capítulo, “O mundo contemporâneo”, com 49 páginas), e mescla a História do Brasil com a História Geral. Os capítulos iniciam com uma imagem de duas páginas, uma outra imagem menor com um texto como legenda, seguida de três questões que buscam iniciar as reflexões em sala de aula sobre o tema que será abordado.

No início do capítulo 11, “A ditadura civil-militar no Brasil”, visualizamos uma foto de tanques do exército na cidade de São Paulo, em abril de 1964, e uma pequena foto de uma manifestação pelas eleições diretas para Presidente da República em Brasília, no ano de 1984. O parágrafo que serve de legenda para esta última imagem ressalta que, em 64, militares aplicaram um golpe e exerceram uma ditadura, estabelecendo o autoritarismo e a repressão por 20 anos, ao lado das “[...] muitas pessoas que fizeram oposição à ditadura e lutaram de diversas maneiras pela liberdade”.³⁵ As indagações que seguem questionam o que os alunos e as alunas já sabem sobre o período da ditadura, usam a primeira imagem para indagar o motivo de existirem tanques pelas ruas e provocam uma última reflexão que busca o diálogo acerca da importância do voto direto.

Nas marginais do manual do professor há orientações gerais como sugestão para discussões e aprofundamento a partir dos temas elencados na narrativa ao longo dos capítulos, podendo trazer pequenos recortes de textos historiográficos, além das respostas das atividades. Entre uma página e outra, as marginais são ocupadas pelas competências da BNCC para os temas dos capítulos.

³⁵ DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber História**: 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018, p.243. Disponível em: <https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo-divulgacao>. Acesso em: 03/12/2020.

A narrativa é acrescida de quadros com informações ao longo das páginas, como o quadro “O sujeito na história”, presente três vezes no capítulo sobre a ditadura civil-militar: o jornalista editor do jornal “O Pasquim”, Tarso de Castro Manoel, a trajetória política de Leonel Brizola e o militante operário Manuel Fiel Filho, trazendo sua ligação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o Partido Comunista Brasileiro. Alguns desses quadros contêm um parágrafo acompanhado de uma imagem, que traz eventos que ocorreram no mesmo período em outros lugares, fazendo ligações com os assuntos trabalhados no capítulo.

O livro apresenta algumas fontes históricas acompanhando o texto, geralmente capas de jornais, com suas respectivas legendas, buscando integrá-las com o conteúdo do texto. Algumas charges e fotos são acompanhadas de atividades que têm como comando a identificação, por parte do/a aluno/a, das pessoas presentes na imagem, produzindo pouca referência crítica à narrativa. O livro utiliza poucos mapas ao longo de seus capítulos como referência aos temas.

As atividades ao final de cada capítulo iniciam com dez perguntas, que buscam trabalhar a percepção dos temas históricos pelos/as alunos/as, como, por exemplo, “quais foram as medidas tomadas pelos militares para conduzir a abertura política no Brasil?” e “explique como era organizada a censura”. Apresenta dois recortes de textos acadêmicos ou recortes de notícias em jornais, com atividades seguintes que têm suas respostas no próprio texto. As atividades trazem também uma proposta de análise das imagens. Por exemplo, duas fotos de uma manifestação contra o aumento do custo de vida, reprimida pela polícia de São Paulo em 1978. As questões subsequentes seguem a mesma abordagem limitada quanto à reflexão, pedindo que o/a aluno/a dê sua opinião sobre a repressão policial durante a ditadura e que descreva os personagens retratados (manifestantes e polícia).

Os operários não aparecem diretamente na narrativa do capítulo sobre a ditadura civil-militar. Ao se referir à publicação do Ato Institucional nº 5 em 1968, o texto do livro traz somente as manifestações estudantis como vanguarda dos protestos de resistência e de contestação à repressão e a desmobilização em cima de seus líderes, não mencionando as movimentações grevistas no mesmo ano e a violenta repressão aos operários e sindicalistas.

Ao abordar o fim do regime, cita a reforma partidária e a criação, a partir disso, do Partido dos Trabalhadores como um partido de lideranças operárias, e que as forças de oposição ao regime passaram a lutar pelas eleições diretas para Presidente da República.³⁶ Não especificando quem eram esses opositores, que medidas tomaram, relegando tanto a ação da “abertura lenta, gradual e segura”, quanto a iniciativa pela reforma partidária aos presidentes militares, desconsiderando as pressões sociais pela democratização e as insatisfações crescentes com os resultados econômicos que oprimiam os operários.

Em relação aos movimentos pelas Diretas Já, o livro traz, em um curto parágrafo, que “[...] após as primeiras eleições diretas para governador de estado, em 1982, a população passou a reivindicar, no ano seguinte, o direito pelo voto direto também para presidente”³⁷, desconsiderando as movimentações de estudantes, as greves e paralisações dos operários pelo Brasil, por exemplo, além dos vários movimentos sociais e populares que reivindicavam o fim do regime militar nas ruas pelo menos desde a segunda metade da década de 1970.

O livro trata da classe operária somente nas atividades no final do capítulo, com um texto da Revista de História, da Biblioteca Nacional, acerca das greves do ABC, destacando a importância das greves para o contexto de redemocratização no Brasil.

Figura 2 - Greves do ABC e redemocratização

³⁶ DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber História**: 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo-divulgacao>. Acesso em: 03/12/2020.

³⁷ DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, *Ibidem*, p. 258.

Em 1980, o conflito se repetiu. Na pauta dos metalúrgicos, além de um reajuste de 15% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), entraram reivindicações como a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial e o controle das chefias pelos trabalhadores. Como era de se esperar, os pedidos foram negados. Resultado: mais uma onda de greves. Mas, desta vez, a repressão veio forte: o governo interveio nos sindicatos e prendeu os líderes grevistas e representantes de associações liberais. [...]

A partir das greves ocorridas no ABC paulista entre 1978 e 1980 e de suas reverberações e composições com outros atores, estavam lançadas bases importantes para o processo de redemocratização da sociedade brasileira [...].

11 b) Em 1974, o I Congresso dos Metalúrgicos

de São Bernardo do Campo definiu as reivindicações futuras da classe pela liberdade e autonomia sindical, por uma lei básica do trabalho que contemple os seus direitos fundamentais e pela contratação coletiva

- a) Qual era a região mais industrializada do Brasil na época da ditadura civil-militar?
- b) O que o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, realizado em 1974, definiu sobre a luta dos operários da região?
- c) Quais os demais municípios que aderiram à greve de 1978?
- d) Quais eram as principais reivindicações dos operários do ABC no ano de 1979? E no ano seguinte?
- e) Qual foi a contribuição mais importante das greves do ABC para a história política do Brasil?

SANTANA, Marco Aurélio. De braços cruzados. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Sabão, ano 4, n. 38, nov. 2008, p. 58-61. O coração da indústria nacional localizava-se no ABC paulista. A sigla reúne as iniciais dos santos que batizam os três principais municípios da região: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Depois das greves ocorridas no ABC paulista entre 1978 e 1980 e de suas reverberações e composições com outros atores, estavam lançadas bases importantes para o processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Fonte: Dias, Grinberg e Pellegrini (2018, p. 167).

Os operários aparecem somente nas atividades propostas pelo livro, ficaram invisibilizados no capítulo. Portanto, observa-se a falta de conexão entre a proposta do conteúdo do capítulo e os exercícios.

Historiar: 9º ano

O terceiro livro analisado foi um volume da Editora Saraiva, cujos autores são Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues. O primeiro é licenciado e bacharel em História pela USP, mestre em Educação pela Universidade Mackenzie e professor de História na rede particular. O segundo é bacharel em História também pela USP, doutor em História Social do Trabalho pela Unicamp, professor de História na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e ex-professor de História das redes pública e particular.

O conteúdo para o nono ano é dividido em quatro unidades temáticas (“Brasil República; Guerras e Revoluções; Brasil Contemporâneo; Pós-guerra e globalização”, respectivamente), divididas duas unidades para a História do Brasil e duas para a História Geral.

Os capítulos ocupam de 12 a 18 páginas e iniciam com fotos apresentadas em duas páginas. Nas marginais do volume de uso do/a professor/a, está

presente, no início de cada capítulo, uma lista de objetivos que as discussões buscam proporcionar, além das habilidades e dos objetos de conhecimento propostos pela Base Nacional Curricular Comum para os temas do ensino de História, que se encontram no capítulo. Ao iniciar o capítulo 10, “Ditadura civil-militar”, as fotos são da exposição permanente no Memorial da Resistência em São Paulo, do ano de 2015, com imagens externas e internas do prédio que serviu para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS), uma foto de uma cela onde os presos ficavam e legendas que apontam o DOPS como “[...] uma das polícias políticas mais violentas do país”.³⁸

As marginálias ao longo dos capítulos sugerem ao/a professor/a textos e atividades complementares, além das respostas às atividades. Quanto as atividades, concentram-se nas duas últimas páginas do capítulo, mas aparecem também no meio da narrativa, sugerindo a exibição e análise de filmes e pinturas.

No capítulo sobre a ditadura civil-militar, encontramos duas atividades com músicas. Uma sobre a canção “Apesar de você”, de Chico Buarque, por meio da qual os alunos e as alunas são indagados/as sobre seu duplo sentido, fazendo referência à repressão que ocorria na época. Traz ainda a canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, permitindo que os/as alunos/as encontrem nessa canção um reflexo dos eventos apresentados no livro.

No final dos capítulos se concentram as atividades que trazem trechos de livros, como “Brasil: nunca mais”, no qual os/as alunos/as são provocados/as a encontrar os objetivos dos autores em publicar um livro que lançasse luz às torturas realizadas contra a população brasileira pela ditadura.

Outra atividade constantemente sugerida é a interpretação de frases, como, por exemplo, a fala do Ministro Delfim Netto de que era “[...] necessário fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”.³⁹ Relacionando com a abordagem do capítulo, o livro sugere com essas atividades uma abordagem crítica por meio da qual traz elementos que propõem a reflexão dos alunos e das alunas para além da reprodução de frases encontradas no texto.

³⁸ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**, 9º ano: ensino fundamental – anos finais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p.151. Disponível em: https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2596113. Acesso em: 03/12/2020.

³⁹ COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.162.

O volume apresenta fontes históricas acompanhando o texto, como charges e fotos, em quase todas as páginas, com a respectiva legenda tratando de relacionar imagem e narrativa, ao mesmo tempo que as análises específicas de cada imagem se concentram no final dos capítulos. No entanto, a presença de mapas é pouco verificada, mas quando consta, ocupam também o espaço de suporte ao texto, não sendo necessariamente problematizados.

O capítulo sobre a ditadura divide os temas pelo recorte de tempo da presidência dos militares, trazendo no “Governo Castelo Branco (1964-1967)” que “[...] muitos trabalhadores perderam a estabilidade no emprego naquele contexto [...]”,⁴⁰ além das perdas salariais, mencionando também a intervenção nos sindicatos. Também apresenta que durante todo o regime militar os sindicatos, apesar das pressões, não foram liquidados e que o imposto sindical foi mantido, “[...] garantindo a sobrevivência desses órgãos”.⁴¹

Em relação ao governo Costa e Silva (1967-1969), aborda as mobilizações ocorridas em 1968 contra a ditadura, o protesto contra a morte do estudante Edson Luiz e a reação do governo com o Ato Institucional nº 5.

Nas páginas seguintes, no tópico “Governo Médici (1969-1974)”, narra que o governo adotou o arrocho salarial para a população na tentativa de conter a inflação de preços no período, mencionando que os operários se encontravam intimidados, com suas associações e sindicatos sob a vigilância da polícia.

Ao abordar o “Governo Geisel”, o texto relaciona a morte do operário Manuel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog, com “[...] os militares que não tinham simpatia pela abertura democrática e que continuavam a agir violentamente”.⁴²

Seguindo a narrativa do contexto da abertura “lenta, gradual e segura”, o texto chega ao tópico “Governo Figueiredo (1979-1985)”, abordando que a redemocratização era reivindicada “[...] pelos diversos sindicatos dos

⁴⁰ COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.153.

⁴¹ COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.153.

⁴² COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.159.

trabalhadores, grupos de empresários e setores religiosos e associações de artistas, entre outros”.⁴³

Abaixo, um recorte dessa abordagem, que é acompanhada por uma foto do então líder sindicalista metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva.

Figura 3 – Luta dos trabalhadores no final da ditadura



Fonte: Cotrim e Rodrigues (2018, p. 160).

Na sequência, o tópico prossegue associando a campanha pela redemocratização com o fim do bipartidarismo e a anistia.

A narrativa do livro menciona a situação dos sindicatos, destacando a intervenção nas diretorias na sequência do golpe, a perpetuação do imposto sindical no regime militar e o arrocho salarial aplicado sobre os operários. Ao abordar o fim do regime, relaciona as mobilizações do operariado no fim da década de 1970 com a luta por eleições diretas e a redemocratização no País.

História: escola e democracia

Por fim, o último livro didático analisado foi um volume da editora Moderna. Escrito por Flávio de Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff. O primeiro é bacharel e licenciado em História pela PUC-SP. Mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor do departamento de

⁴³ COTRIM; RODRIGUES, *Ibidem*, p.160.

História da mesma universidade. Autor de livros didáticos e paradidáticos e coordenador científico do Ludens-USP: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Futebol e Modalidades Lúdicas. Regina Claro é bacharel em História e mestre em História Social pela USP. Autora de livros didáticos e paradidáticos, além de desenvolver projetos de capacitação para professores/as da rede pública em atendimento da Lei nº 10.639/03, na temática História e Cultura Africana e Afro-Americana. Miriam Dolhnikoff é bacharel e licenciada em História pela PUC-SP, doutora em História Econômica pela USP, professora do departamento de História e do curso de Relações Internacionais na mesma universidade. Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e autora de livros didáticos e paradidáticos.

O livro divide seu conteúdo em 13 capítulos, contendo de 14-38 páginas cada, sugerindo no índice uma organização dos capítulos para os bimestres do ano letivo escolar. Os capítulos se iniciam com algumas imagens, podendo ser de duas a seis, acompanhadas de algumas questões que buscam uma primeira reflexão e aproximação com os temas que serão apresentados nas páginas seguintes.

O capítulo 11, “A ditadura militar no Brasil”, inicia com a imagem do presidente militar Costa e Silva no dia de sua eleição (indireta), uma imagem do presidente militar Médici levantando a taça conquistada pela Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 1970, junto do jogador Carlos Alberto, e outra foto de um desfile em Brasília da seleção brasileira em comemoração à copa de 1970, além de fotos dos presidentes militares Geisel, uma de João Baptista Figueiredo e de Castelo Branco.

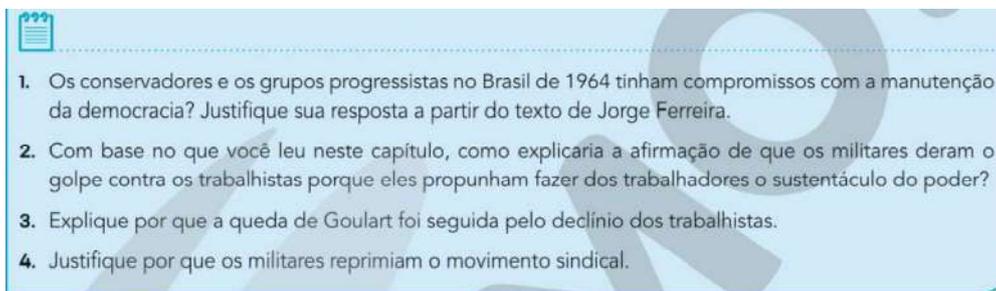
As perguntas que acompanham a atividade sugerem que o/a aluno/a perceba como os presidentes militares aparecem e sob que circunstâncias. As respostas sugerem ao/à professor/a que chame a atenção nessa questão para os trajes civis dos presidentes militares. Outra questão busca perceber nas fotos uma crítica implícita por parte dos fotógrafos quanto às imagens obtidas. O objetivo é que o/a aluno/a perceba na primeira imagem que o Marechal Costa e Silva, fotografado no Congresso Nacional no dia de sua eleição, está sozinho na imagem, ao lado de cinco cadeiras vazias, podendo ser visto ainda um quepe militar em cima de uma mesa ao lado.

Não apenas no início dos capítulos, o livro traz constantemente fotos e imagens como fontes históricas, porém, poucos mapas, com legendas que as associam à narrativa. As imagens ao longo do texto não possuem atividades subsequentes e as questões ao longo do texto consistem em perguntas cujas respostas são encontradas nos parágrafos das páginas.

As atividades do livro se concentram no final dos capítulos e caracterizam-se por sugerir aos/às alunos/as que definam em seu caderno uma lista de conceitos trabalhados na narrativa, como “Estado de direito”, “Lei de Segurança Nacional”, “Jovem Guarda” etc., apostando na simples pesquisa no próprio livro.

Utiliza letras de músicas ou recortes de textos também sobre essas questões, permitindo já uma reflexão e uma visão crítica dos temas para além da procura das respostas no livro, como, por exemplo, um texto do historiador Jorge Ferreira, que aborda o golpe em 1964 do ponto de vista da ofensiva civil-militar contra o trabalhismo de João Goulart e o apoio buscado por ele nos movimentos sociais com o objetivo de promover as Reformas de Base, o qual é seguido de atividades (figura 4).

Figura 4 - Atividades

- 
1. Os conservadores e os grupos progressistas no Brasil de 1964 tinham compromissos com a manutenção da democracia? Justifique sua resposta a partir do texto de Jorge Ferreira.
 2. Com base no que você leu neste capítulo, como explicaria a afirmação de que os militares deram o golpe contra os trabalhistas porque eles propunham fazer dos trabalhadores o sustentáculo do poder?
 3. Explique por que a queda de Goulart foi seguida pelo declínio dos trabalhistas.
 4. Justifique por que os militares reprimiam o movimento sindical.

Fonte: Campos, Claro e Dolhnikoff (2018, p. 171).

Tais questões (exceto a primeira) permitem um olhar sobre o golpe e a ditadura civil-militar no Brasil que visualize a repressão inicial dos golpistas contra as organizações sindicais e suas lideranças. Possibilitam ainda que o/a professor/a explicita a partir disso sobre as ligações e os interesses econômicos do imperialismo estadunidense com a repressão aos operários e o controle salarial a fim de impor uma agenda econômica que permitisse ampla margem de lucros para as empresas multinacionais que se instalariam aqui.

No manual do professor, nas marginais aparecem a indicação dos números das habilidades da Base Nacional Comum Curricular que o livro aborda, as respostas das atividades, algumas sugestões de outros textos e sugestões pedagógicas com os objetivos do capítulo. No início do capítulo 12, “A democratização do Brasil”, traz como proposta a identificação do contexto de redemocratização no país a partir da mobilização e das reivindicações dos movimentos sociais e dos acordos firmados pelas elites, que resultaram em uma saída pelo centro, do ponto de vista do espectro político-ideológico no Brasil.

Tal perspectiva se reflete na narrativa ao longo desses dois capítulos, não só na maneira como trabalha a redemocratização, assim como os primeiros anos pós-golpe, em 1964, na abordagem que faz os operários nesses contextos. A narrativa inclui as lideranças sindicais e as centenas de pessoas que foram presas e que poderiam se opor à ditadura. Ao trazer um tópico para a Constituição promulgada em 1967, cita a Lei de Segurança Nacional, que coloca como crime a incitação à greve, destacando que os indiciados não poderiam apelar do julgamento feito em tribunal militar.

A narrativa traz ainda que “[...] a contestação não ocorria no Congresso Nacional [...]”⁴⁴ devido à intimidação feita contra a oposição parlamentar, com a luta política se dando, portanto, nas ruas. Ao apresentar a pressão popular contrária à ditadura, são incluídas as greves operárias de Osasco e Contagem, em 1968, feitas “[...] fora do sindicato controlado pelo governo”,⁴⁵ como mostra o recorte do livro selecionado abaixo:

⁴⁴ CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. História: escola e democracia: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018, p.243. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0028993278db741c48363?authid=c6PWEklPcDkL>. Acesso em: 03/12/2020.

⁴⁵ CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, *Ibidem*, p. 245.

Figura 5 - Recorte sobre as greves operárias de Osasco e Contagem (1968)

Os operários também se mobilizaram contra a ditadura. Em 1968, duas greves importantes demonstravam a capacidade de organização e a independência que algumas lideranças operárias haviam conquistado, fora dos sindicatos controlados pelo governo.

Em Contagem (MG), cerca de 15 mil trabalhadores paralisaram suas atividades e a greve só acabou com a chegada de tropas do Exército, que reprimiram duramente os grevistas.

Em Osasco (SP), milhares de operários cruzaram os braços em defesa de reivindicações trabalhistas, como aumento salarial, mas também exigindo democracia. Mais uma vez a repressão acabou com o movimento. Foram realizadas prisões em massa dos trabalhadores, muitos deles submetidos a torturas.

Fonte: Campos, Claro e Dolhnikoff (2018, p. 245).

Ao apresentar o “milagre econômico”, a narrativa destaca que a redução salarial dos operários foi um dos meios utilizados para conter a inflação, com o reajuste determinado pela ditadura substituindo a negociação entre patrões e empregados, com base no reajuste oficial baseado em índices do próprio governo.

Ao abordar também sobre a propaganda produzida pelo regime militar, o texto aponta que o governo lançava mão do patriotismo para esconder o fato de que a situação dos operários piorava.

Antes de abordar em um tópico o “novo movimento operário”, o texto cita o assassinato do operário comunista Manuel Fiel Filho, em 1976, no contexto de intensificação da repressão da ditadura, com a narrativa concluindo que “[...] o governo brasileiro era, por isso, denunciado no exterior”.⁴⁶

As amplas mobilizações a partir das greves no ABC Paulista de 1978, exigindo o pagamento dos salários de acordo com a inflação, em um contexto de insatisfação popular e de movimentações pelo fim da ditadura, são apresentadas com destaque na narrativa do livro, fazendo também menção à organização sindical naquele período.

⁴⁶ CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, *Ibidem*, p. 259.

Figura 6 – Renovação no movimento operário

UM NOVO MOVIMENTO OPERÁRIO

Em 1978 realizavam-se eleições para o Congresso. As medidas do pacote de abril garantiram a vitória da Arena, mas o MDB conseguiu eleger um bom número de senadores. Contudo, o acontecimento mais marcante desse ano foi o ressurgimento do movimento operário. Pela primeira vez, desde a dura repressão das greves de Contagem e Osasco, em 1968, os operários se mobilizaram, realizando greves na região do chamado ABC de São Paulo.

Aparecia uma nova geração de líderes sindicais desvinculada do sindicalismo dócil ao governo e das heranças do período populista. Durante a ditadura militar os sindicatos continuaram funcionando. No entanto, como os aumentos de salário eram determinados pelo governo militar, os sindicatos tinham apenas funções burocráticas e recreativas.

Na década de 1970, várias categorias operárias organizaram movimentos de oposição às direções pelegas dos sindicatos e montaram comissões de fábricas independentes.

Fonte: Campos, Claro e Dolhnikoff (2018, p. 260).

Na sequência, o texto menciona que o exemplo da greve em maio de 1978 de 2.500 metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi seguido, dez dias depois, por operários de 90 empresas na região ao redor da cidade de São Paulo, com 500 mil grevistas que paralisaram suas atividades, conseguindo, depois de doze dias, um aumento salarial a partir de uma nova base de cálculos para os reajustes futuros, agora de acordo com a inflação.

Traz ainda que bancários, professores, além de operários de outros setores da indústria, organizaram-se em greves por todo o Brasil, intensificando a luta geral pelo fim do regime. O tópico é encerrado destacando “a fase inédita da história brasileira”, com parte do movimento operário, sob a liderança dos novos sindicalistas combativos, que se organizariam e criariam a Central Única dos Trabalhadores em 1983.

Ao lado do último parágrafo, uma foto do então líder sindical, Luís Inácio Lula da Silva, e do senador do MDB, Fernando Henrique Cardoso. A legenda destaca que Lula apoiou Fernando Henrique Cardoso nas eleições para o senado em 1978 e que este apoiou a greve dos metalúrgicos, também que o destino de ambos se cruzaria ainda diversas vezes, ora como aliados, ora como adversários políticos.

Os movimentos populares são apresentados ainda na reivindicação por eleições diretas no final da década de 1970, com o livro fazendo uma abordagem mais crítica, que os demais volumes analisados, sobre as manifestações das Diretas Já. Expõe que, apesar das amplas mobilizações, não foi alcançado no Congresso Nacional votos suficientes para aprovar a medida pelas eleições diretas, resultando na chapa organizada em torno de Tancredo Neves, “[...] político de centro que gozava da confiança dos militares”⁴⁷ e de José Sarney, que representava diretamente os interesses do regime. Esse, arranjo político manteria no poder muitos que já ocupavam espaços desde o golpe em 1964.

Considerações Finais

O livro didático continua sendo a principal ferramenta disponível aos/às professores/as das escolas públicas brasileiras, assim como é elemento presente no processo de aprendizado por parte dos/as alunos/as, firmando-se como praticamente indissociável da vida escolar e da sala de aula.

Reconhecendo essa presença do livro didático, perpetuada pelas políticas públicas por parte do estado brasileiro de distribuição massiva dos livros aos/às alunos/as nas escolas, e a presença do mercado editorial, nacional e estrangeiro, que atende à demanda governamental com a pesquisa e a fabricação do livro (significando grandes números em lucros para as editoras, que têm total interesse, portanto, na permanência do livro didático na vida e realidade escolar), este artigo buscou analisar como os trabalhadores foram narrados nos livros didáticos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Partimos também da perspectiva de que o/a professor/a, dotado/a da autonomia de escolha do livro didático a partir do catálogo do PNLD, tem igualmente autonomia para aplicar os temas históricos presentes nas obras à sua própria maneira e experiência, podendo se valer do texto do livro como guia de suas aulas ou das atividades presentes, reflexões críticas à sociedade que o livro pode abordar, análise de fotos e imagens, etc.

⁴⁷ CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, *Ibidem*, p. 262.

Tais opções nos permitem dimensionar a abrangência de temáticas e elementos metodológicos e didáticos para a aula de História que tais obras oferecem, ao mesmo tempo que o livro pode ser usado também pelo/a professor/a de maneira a ser o guia e referência únicos de suas aulas, limitando, portanto, as possibilidades didáticas ao que é apresentado no livro. Tais escolhas e abordagens remetem diretamente ao/à professor/a de história, às suas preferências subjetivas, à sua realidade escolar e à de seus/suas alunos/as.

Com base nisso, concluímos que as abordagens que podem ser feitas através dos livros didáticos aqui analisados em seu uso em sala de aula sobre os trabalhadores brasileiros, suas lutas e reivindicações, no contexto da ditadura civil-militar, concentram-se nas reivindicações e greves de 1968, que no final daquele ano seriam respondidas pela ditadura com a publicação do AI-5, e nas organizações grevistas a partir de 1976 na região do ABC Paulista.

Tais eventos históricos não são, porém, um “tema comum” à narrativa dos livros didáticos do nono ano, com os livros se distinguindo em suas abordagens desde as narrativas sobre as movimentações de 1968, sem a presença das greves operárias, à ausência dos operários nas reivindicações pelo fim da ditadura e por eleições diretas a partir da segunda metade da década de 1970. No que tange à tendência histórica predominante nos livros didáticos analisados, observamos que, de modo geral, o ecletismo os permeou.

Um “tema comum” analisado nos livros didáticos de História do nono ano do atual PNLD foram as mobilizações pelas Diretas Já, a partir de 1983, deslocando tais reivindicações das lutas dos estudantes e dos operários, que tomaram as ruas, no caso dos estudantes, e pararam a produção, no caso dos operários, desde pelo menos o ano de 1976.

Os livros analisados dão demasiada ênfase à iniciativa da ditadura civil-militar de abrir o regime por meio de sua “abertura lenta, gradual e segura”, como se as reivindicações populares, como a anistia para os presos políticos, a luta contra a carestia, por exemplo, fossem concessões dadas pelos militares em nome da abertura democrática e não uma conquista alcançada por meio de amplas manifestações populares que enfraqueceram o regime.

Os livros analisados, de uma maneira geral, deixam de problematizar aspectos da realidade brasileira do período no qual massivos atos públicos reivindicando o voto direto para presidente foram canalizados para a atividade parlamentar, de modo que as eleições se deram de maneira indireta, sem a demanda popular ter sido atendida e com o Colégio Eleitoral firmando uma transição à presidência civil que mantivesse no poder velhas figuras presentes desde o golpe de 1964.

Existem exceções à “regra” exposta acima quanto aos livros didáticos, como no último caso analisado, que apresentou narrativas mais ricas e abrangentes, as quais podem servir ao/à professor/a como possibilidade didática nas atividades desenvolvidas com os/as alunos/as sobre a presença de operários e movimentos sociais na luta por uma transição à democracia. Ao mesmo tempo, livros didáticos que contêm uma abordagem menos abrangente dos movimentos sociais no período da ditadura também podem apresentar outros exemplos e sugestões de atividades, as quais permitirão uma visão crítica de determinado tema da realidade da época ou uma variedade de possibilidades para trabalhar outros temas históricos em sala de aula, não existindo, portanto, livros didáticos totalmente ruins ou totalmente bons no que tange à narrativa da ditadura civil-militar ou a qualquer outro tema histórico, mas sim livros que enquanto ferramentas para a aula de História podem ser usados de diversas maneiras em suas múltiplas sugestões didáticas, dependendo sempre da visão que o/a professor/a tem de sua aula, da mensagem e dos conceitos que ele/a desejará abordar com os/as alunos/as, além de vários fatores subjetivos que por sua vez são verdadeiros espaços que o livro didático busca ocupar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O Sindicalismo entre a Conservação e a Mudança”. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALVES, Marcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Em busca da Qualidade: PNLD História – 1996-2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Livros Didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, p. 27-53.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: UNICAMP, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2011. **Ensino Fundamental e Médio - Valores Negociados**. Publicado em agosto de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6604-pnld-020910&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03/12/2020.

CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História: escola e democracia: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0028993278db741c48363?authid=c6PWEklPcDkL>. Acesso em: 03/12/2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília, DF: CNV, 2014.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, 2016.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar, 9º ano: ensino fundamental – anos finais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2596113. Acesso em: 03/12/2020.

DAGOSTIN, Erick Martignago; ZANELATTO, João Henrique; SOUZA, Rayane Layra de. “Educação, trabalho e história: os trabalhadores nos livros didáticos de história na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/01/educacao-trabalho-historia.html>. Acesso em: 03/12/2020.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber História: 9º ano: ensino fundamental: anos finais**. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018. Disponível em: https://issuu.com/editoraftd/docs/vontade-de-saber-historia-mp-9-novo_divulgacao. Acesso em: 03/12/2020.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. Editoras. 2018. Disponível em: <http://pesquisaeditoras.fipe.org.br/>. Acesso em: 12/09/2021.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

HOBBSAWM, Eric John. **Sobre História**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBRAHIM, José. Os operários. In: CASO, Antonio (org.) **A esquerda armada no Brasil (1967-1971)**. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa; CARVALHO, Yuri Rosa. "Operários em construção": a organização da classe trabalhadora apesar da Ditadura de Segurança Nacional. **História em Revista**, Pelotas, v. 19, p. 257-266, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. **Estado, escola e ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; SANTANA, Marco Aurélio. Sindicatos e processos de redemocratização no Brasil: Analisando algumas conjunturas. **Penélope**, [s.l.], n. 27, p. 75-90, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

MATOS, Júlia Silveira. A História nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 51-74, 2012a.

MATOS, Júlia Silveira. Os livros didáticos como *produtos* para o ensino de história: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 165-184, 2012b.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. **Clio-Série Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, [s.l.], Série Revista de Pesquisa Histórica, n. 26-1, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. *In: Relatório da comissão nacional da memória, verdade e justiça da CUT*. São Paulo: CUT, 2015.

OLIVEIRA, Sergio Murilo Ferreira de. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. *Revista Adm. Púb.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 24-36, 1987.

RAMALHO, José Ricardo; ESTERCI, Neide Esterci. Militantes e assessores: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, [s.l.], v. 6, n. 11, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, [s.l.], n. 13, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 33, p. 85-96, 2014.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **Inspire História: 9º ano: ensino fundamental: anos finais**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2018. Disponível em: https://issuu.com/editoraftd/docs/inspire-historia-mp-9_divulgacao_d0ca02e4aedd84. Acesso em: 03/12/2020.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do Livro Didático no Brasil. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

SIMAN, Lana Marra de Castro; PEREIRA, Júnia Sales; SILVA, Marco Antônio. Processo de escolha dos livros didáticos de História: atores, cenários e tramas: *In: CONGRESSO DE LIVROS ESCOLARES, 2007*, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, p. 1814-1831, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da teoria**: Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZANELATTO, João Henrique. Guerra fria e ditadura civil-militar na capital do carvão. *Revista Continentes (UFRRJ)*, Rio de Janeiro, n.16, p.203-226, 2020.

Recebido: 31/01/2021
Aprovado: 17/09/2021